

# COLECTÂNEA DE LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA ELEITORAL

ZAIDA SULTANEGY E EUNICE HENRIQUE

## APRESENTAÇÃO DA COLECTÂNEA

Em Moçambique, o processo eleitoral é regido por um quadro legal caracterizado por diversos diplomas legais que se encontram dispersos. Este quadro legal tem vindo a sofrer alterações frequentes o que dificulta a tarefa do intérprete e do aplicador da mesma.

Por outro lado, ao longo dos anos, o Conselho Constitucional tem vindo a produzir alguns Acórdãos em matéria eleitoral que se mostram úteis para a compreensão do que se encontra estabelecido na legislação eleitoral.

A presente Colectânea tem por objectivo munir os intervenientes do processo eleitoral da legislação e jurisprudência relevante para o exercício atempado dos respectivos direitos e deveres eleitorais.

Adverte-se que na presente colectânea consta apenas a legislação que regula directamente o processo eleitoral, os órgãos da administração eleitoral e o Conselho Constitucional bem como consta apenas alguma jurisprudência seleccionada, em matéria eleitoral, do Conselho Constitucional.

Assim, consta da presente colectânea o seguinte:

### A. Legislação relevante

#### **Diplomas legais Transversais:**

- i. Lei Orgânica do Conselho Constitucional - Lei n.º 2/2022, de 21 de Janeiro
- ii. Lei n.º 2/2024, de 25 de Janeiro que altera pontualmente a Lei Orgânica do Conselho Constitucional
- iii. Lei Orgânica da CNE - Lei n.º 30/2014, de 26 de Setembro (Lei de alteração pontual da Lei n.º 6/2013, de 22 de Fevereiro, na redacção dada pela Lei n.º 9/2014, de 12 de Março, Lei da CNE)
- iv. Lei do Recenseamento Eleitoral - Lei n.º 8/2014, de 12 de Março, que altera e república a Lei n.º 5/2013 de 22 de Fevereiro, que estabelece o quadro jurídico para o recenseamento eleitoral sistemático para as eleições
- v. Lei n.º 2/2024, de 25 de Janeiro que altera os artigos 19 e 40 da Lei n.º 5/2013, de 22 de Fevereiro

## **Eleição do Presidente da República e dos deputados da Assembleia da República**

- i. Lei n.º 2/2019, de 31 de Maio (Altera e republica a Lei n.º 8/2013, de 27 de Fevereiro, que estabelece o quadro jurídico para a eleição do Presidente da República e para a eleição dos deputados da Assembleia da República)

## **Eleição dos Membros das Assembleias Provinciais**

- i. Lei n.º 03/2019, de 31 de Maio (Estabelece o quadro jurídico para a eleição dos membros da Assembleia Provincial e do Governo de Província).

### **B. Jurisprudência Eleitoral**

- i. Acórdão 15-CC-2023 de 23 de Outubro
- ii. Acórdão 35-CC-2023 de 26 de Outubro
- iii. Acórdão 37-CC-2023 de 30 de Outubro
- iv. Acórdão 39-CC-2023 de 30 de Outubro
- v. Acórdão 40-CC-2023 de 30 de Outubro
- vi. Acórdão 41-CC-2023 de 31 de Outubro
- vii. Acórdão 45-CC-2023 de 31 de Outubro
- viii. Acórdão 48-CC-2023 de 23 de Novembro.